



EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO



11º ANO | ENSINO SECUNDÁRIO

ECONOMIA A

INTRODUÇÃO

As Aprendizagens Essenciais (AE) constituem a referência nacional comum para aquilo que todos os alunos devem aprender ao longo da escolaridade obrigatória. Representam um núcleo fundamental de conhecimentos, capacidades e atitudes que cada disciplina deve assegurar, funcionando como um denominador curricular comum, sem esgotar o conjunto total de aprendizagens possíveis. Embora obrigatórias não limitam a possibilidade de aprender mais. As AE deixam espaço para que cada escola e cada aluno possam aprofundar conteúdos e desenvolver competências adicionais.

Enquanto documentos de orientação curricular, as AE servem de base à planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem. Contribuem diretamente para o desenvolvimento das áreas de competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Por essa razão, constituem, juntamente com o Perfil, o referencial para a avaliação externa.

Organizam-se em três componentes fundamentais:

1. O que os alunos devem saber – conteúdos estruturados, indispensáveis, articulados concetualmente, relevantes e significativos;
2. Como devem pensar e trabalhar para aprender – processos cognitivos e operações essenciais à aquisição do conhecimento;
3. Como devem mostrar o que aprenderam – o “saber fazer”, aplicado dentro de cada disciplina e em articulação horizontal com as restantes.

Em síntese, as Aprendizagens Essenciais asseguram que o currículo é claro, coerente e acessível, combinando conteúdos sólidos com processos cognitivos que permitem aos alunos compreender, aplicar e aprofundar o que aprendem.

A Economia A é uma disciplina bienal que se inicia no 10.º ano e que integra a componente de formação específica do Curso Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas, podendo também ser objeto de escolha por alunos que frequentam outras ofertas educativas e formativas.

A disciplina de Economia inicia-se no 10.º ano com o estudo de conceitos estruturantes que visam:

- a clarificação do objeto de estudo da Ciência Económica - os fenómenos económicos;
- a aquisição dos conceitos e instrumentos que permitam compreender a atividade económica, ou seja, propõe-se o estudo do consumo, da produção de bens e de serviços, dos mercados, do processo de formação dos preços (moeda e inflação), da distribuição dos rendimentos e da utilização dos rendimentos.

Sendo Portugal um país membro da União Europeia e da Área do Euro, a disciplina de Economia A, no 11.º ano, deve considerar:

- a Contabilização da atividade económica, de acordo com o Regulamento (UE) N.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de maio de 2013;

- a Contabilização das relações económicas de um país com o resto do mundo, de acordo com as Estatísticas da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional, Notas Metodológicas, Suplemento ao Boletim Estatístico 2015, Banco de Portugal;
- os conteúdos relativos à União Europeia e à Área do Euro, na perspetiva das crises económicas que têm alterado os desafios que se colocam ao projeto europeu.

No mundo atual, a Economia deixou de ser um tema apenas abordado por especialistas, e passou a estar presente no quotidiano, bastando-nos ligar a televisão, folhear uma revista ou jornal, para surgirem termos como emprego, desemprego, inflação, deflação, estabilidade de preços, exportação, importação, défice orçamental, ou dívida pública. Também as transformações associadas a um maior uso dos meios digitais e equipamentos móveis, bem como a expansão das plataformas digitais, também trouxeram como desafios o aprofundamento do conhecimento na área da Economia, num contexto de globalização económica e de rápida mudança, em que a prevalência da economia digital, na qual o mercado digital não tem fronteiras territoriais e temporais -, acarreta, de modo progressivo, consequências económicas e sociais profundas.

A disciplina de Economia A assume um papel fundamental na formação integral dos jovens enquanto cidadãos, ajudando-os na interpretação e decodificação da dimensão económica da realidade social, proporcionando-lhes ferramentas que lhes permitam estar mais informados, tornando-se responsáveis face a uma sociedade em mudança permanente. Compreender o mundo de que fazemos parte para nele interirmos de forma consciente e crítica é o objetivo eminentemente formativo da disciplina de Economia A, visando o desenvolvimento de capacidades, atitudes e valores indispensáveis à vivência democrática e a um saber-estar numa sociedade em mudança acelerada.

As Aprendizagens Essenciais (AE) da disciplina de Economia A identificam os conhecimentos, capacidades e atitudes que, face às áreas de competência previstas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (PA), se pretendem atingir com a aprendizagem da Economia no ensino secundário.

A nível do currículo, a disciplina de Economia A, tem um importante papel formativo para o desenvolvimento de capacidades de resolução de problemas e de atitudes críticas dos alunos, face à realidade social, contribuindo para que estes possam:

- adquirir instrumentos para compreender a dimensão económica da realidade social, descodificando a terminologia económica, atualmente muito utilizada quer nos meios de comunicação social quer na linguagem corrente;
- mobilizar instrumentos económicos para compreender aspetos relevantes da organização económica e para interpretar a realidade económica portuguesa, comparando-a com a da União Europeia;
- compreender melhor as sociedades contemporâneas, em especial a portuguesa, bem como os seus problemas, contribuindo para a educação para a cidadania, para a mudança e para o desenvolvimento;
- problematizar aspetos da realidade económica portuguesa, comparando-a com a da União Europeia, equacionando problemas e desafios que se poderão colocar;
- desenvolver o espírito crítico e de abertura a diferentes perspetivas de análise da realidade económica.

É de salientar, ainda, que a rapidez e a imprevisibilidade da mudança na sociedade contemporânea poderão desatualizar algumas aprendizagens previstas. As transformações do mundo atual são reflexo das (e refletem-se nas) transformações económicas que requerem a necessária atualização de conteúdos contemplados neste documento. Neste sentido, prevê-se uma relativa abertura e flexibilidade no sentido de permitir a integração de novos temas da atualidade económica resultantes dessas transformações sociais.

OPÇÕES METODOLÓGICAS

Na abordagem dos temas, o professor deve criar situações de aprendizagem que permitam a aprendizagem ativa e que incentivem a cooperação entre alunos, promovendo situações pedagógicas que sejam capazes de estimular, prioritariamente, nos alunos, através da ação e da reflexão, competências de pensamento crítico e criativo, contribuindo para que estes sejam produtores de conhecimento, organizadores/sistematizadores, detentores de informação, questionadores, críticos e criativos, comunicadores e capazes de se envolver em processos de autorregulação.

Na seleção dos métodos ou estratégias de aprendizagem, o uso da situação-problema, enquanto metodologia de ensino ativa, na qual o ensino é centrado no aluno, emerge como uma opção que estimula os alunos a exercitarem o pensamento crítico, o diálogo, o confronto de ideias, a negociação e a procura de consensos em torno da tarefa de encontrar as soluções necessárias para a situação-problema, que poderá incidir tanto sobre a realidade económica portuguesa, como sobre a da União Europeia; estas constituem, ao longo dos dois anos de leção da disciplina de Economia, o referencial da análise económica em estudo nesta disciplina. Os alunos devem ser mobilizados, em contextos colaborativos ou cooperativos, a encontrar respostas, aceitando e negociando pontos de vista, tornando-se assim construtores das suas próprias aprendizagens, aplicando os conhecimentos à realidade económica portuguesa e problematizando os desafios que se lhe poderão colocar.

Também se incentiva o trabalho de projeto, na medida em que essa metodologia possibilita a criação de uma relação entre o mundo real e o ensino, valorizando a aprendizagem como um processo social, assente no trabalho em grupo, em que os alunos aprendem através da interação social, sendo a sala de aula um laboratório para a investigação e aplicação dos conhecimentos adquiridos à realidade económica portuguesa e da União Europeia, problematizando os desafios que se lhes poderão colocar. O uso desta metodologia mobiliza os alunos a envolverem-se na resolução de problemas da vida real, exercitando um conjunto de competências, nomeadamente, de pesquisa, de capacidade crítica, de reflexão, de tomada de decisão, de gestão do tempo, de autonomia e de comunicação.

Para os diversos temas em estudo na disciplina de Economia, o professor deve criar situações de aprendizagem em que, associado às metodologias ativas, esteja presente o uso de ferramentas digitais, na medida em que estas têm transformado o modo como os alunos

aprendem e interagem com os conteúdos. Com a integração de ferramentas digitais no processo de ensino e de aprendizagem, os alunos podem explorar conceitos complexos de forma interativa e colaborativa, assim como obter dados em tempo real, facilitando a compreensão das questões económicas e a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos. Além disso, a utilização de tecnologias digitais promove a autonomia dos alunos, uma vez que podem aceder a materiais e recursos a qualquer momento, desenvolvendo assim competências essenciais, como o pensamento crítico e a resolução de problemas. Em suma, a combinação de ferramentas digitais com metodologias ativas enriquece o ensino da Economia, tornando-o mais dinâmico e eficaz.

A organização do processo de ensino e de aprendizagem deve ter em conta as necessidades individuais e diversificadas de todos os alunos, garantindo ao mesmo tempo a existência de critérios, os quais, constituindo um referencial acerca do que é relevante avaliar e aprender, permitem aos alunos analisar o estágio em que se encontram em relação aos objetivos de aprendizagem, obter *feedback* por parte do professor e dos seus pares e, se necessário, (re)orientar o seu trabalho se necessário, tendo assim melhores condições para progredir.

AVALIAÇÃO

A avaliação é intrínseca ao ensino e à aprendizagem e deve, por isso, assumir-se como um processo contínuo e integrado que regula o progresso das aprendizagens e orienta a prática pedagógica.

A investigação em educação tem vindo a evidenciar que a avaliação se desenvolve numa relação entre o professor, o aluno e os seus pares, em diferentes momentos do processo de aprendizagem. Partindo da identificação de três questões centrais, identificar onde os alunos se encontram no seu percurso de aprendizagem, para onde devem progredir e que estratégias podem apoiar esse progresso, identificam-se cinco estratégias-chave para a implementação, com sucesso, da avaliação para a aprendizagem:

- clarificar, compreender e partilhar os objetivos de aprendizagem e os critérios de sucesso (critérios de avaliação/verificação do sucesso);
- promover o diálogo, bem como realizar atividades e tarefas eficazes que permitam recolher informação sobre a aprendizagem;
- dar feedback que promova o desenvolvimento da aprendizagem;
- promover a aprendizagem entre pares;
- implicar os alunos como agentes da sua aprendizagem.

As práticas em sala de aula, decorrentes da implementação destas estratégias-chave, podem ser consideradas formativas, na medida em que a informação sobre o desempenho dos alunos, sustentada em evidências recolhidas no decurso das atividades realizadas, é interpretada e utilizada por professores, alunos ou pelos seus pares com o objetivo de apoiar decisões pedagógicas fundamentadas sobre os próximos passos no processo de ensino e aprendizagem.

Ao fomentar uma avaliação pedagógica contínua e integrada, em que o aluno é encarado como agente da aprendizagem, reforça-se a intencionalidade pedagógica do ensino, promovendo a avaliação não apenas das aprendizagens, mas sobretudo para as aprendizagens.

A avaliação para a aprendizagem decorre da utilização de informação recolhida através de instrumentos diversificados e da observação, muitas vezes informal, dos desempenhos dos alunos nas atividades diárias da sala de aula, não se constituindo como uma tarefa burocrática que implique o registo sistemático de toda a informação relativa a esse desempenho. Tanto a avaliação formativa (sistemática e contínua) como a avaliação sumativa (que permite fazer um ponto de situação sobre o que os alunos aprenderam num dado intervalo de tempo ou unidade didática) devem ser coerentes e intencionais, contribuindo para uma avaliação pedagógica consistente. Neste pressuposto, também os resultados da avaliação externa devem ser utilizados com intenção pedagógica e permitir aos alunos e aos professores melhorar o ensino e a aprendizagem.

Com o objetivo de apoiar os processos de avaliação pedagógica, interna e externa, foram introduzidos, nos documentos das Aprendizagens Essenciais (AE) de cada disciplina, descritores de desempenho organizados por domínio e por nível de desempenho (Desempenho Proficiente e Desempenho Avançado), que se constituem como o referencial nacional para a avaliação dos alunos. Salienta-se que o que deve ser aprendido por todos os alunos, em cada disciplina, é o constante do quadro “Operacionalização das Aprendizagens Essenciais”. Com a introdução destes dois níveis de desempenho, estabelece-se um referencial comum, salvaguardando-se simultaneamente a autonomia das escolas para a (re)definição de critérios e para o (re)ajustamento de instrumentos de recolha de informação sobre as aprendizagens.

Os descritores de desempenho constituem referenciais que permitem identificar e caracterizar diferentes níveis de desenvolvimento das aprendizagens dos alunos. Estes descritores apoiam a interpretação do desempenho escolar e promovem padrões elevados de qualidade na consolidação do conhecimento e no desenvolvimento de competências.

No exercício da sua autonomia, as escolas e os professores tomam estes descritores como referenciais para apoiar a definição dos critérios de avaliação e a construção de instrumentos de recolha de informação ajustados ao contexto educativo e às especificidades de cada disciplina. A partir destes referenciais, as escolas definem critérios que orientam a apreciação do trabalho realizado pelos alunos, garantindo que a avaliação se centra na qualidade da mobilização dos conhecimentos e das competências desenvolvidas ao longo do processo de ensino e aprendizagem.

Neste enquadramento, os descritores apresentados para cada domínio permitem identificar diferentes níveis de desempenho evidenciados pelos alunos nas tarefas realizadas em contexto de aprendizagem. A sua interpretação pressupõe uma análise global do trabalho dos discentes, considerando a compreensão dos temas em estudo, a capacidade de selecionar, organizar e utilizar informação relevante, de aplicar conceitos e procedimentos adequados e de mobilizar o que foi aprendido nas tarefas propostas, demonstrando domínio das AE. No nível de desempenho **Proficiente**, observa-se uma utilização adequada, consistente e segura dos conhecimentos e das competências em diferentes situações de trabalho escolar, o que possibilita a explicação de fenómenos ou processos, a interpretação de informação e a resolução de tarefas com base no que foi aprendido.

No nível de desempenho **Avançado**, os alunos demonstram uma mobilização mais autónoma, rigorosa e integrada desses conhecimentos e dessas competências. Analisam, interpretam e relacionam informação de forma crítica, utilizam conceitos com rigor e articulam diferentes saberes para explicar fenómenos ou processos de forma fundamentada, revelando maior capacidade de análise, de integração da informação e de aplicação das aprendizagens em diferentes contextos.

Os descritores não substituem os critérios de avaliação definidos pelas escolas, mas constituem um referencial comum que visa apoiar os professores na apreciação do desenvolvimento das aprendizagens, na comunicação do desempenho dos alunos e na tomada de decisões pedagógicas orientadas para aprendizagens de qualidade.

Com o propósito de promover a transparência e o envolvimento no processo de aprendizagem, a explicitação e clarificação dos critérios de avaliação de escola junto dos alunos e dos encarregados de educação assumem particular importância, pois favorecem a compreensão e a apropriação dos princípios de uma avaliação centrada na aprendizagem.

Assim, é reforçada a clareza, a coerência e a aplicabilidade pedagógica das Aprendizagens Essenciais, concorrendo de forma profícua para os princípios, valores e áreas de competências, inscritos no PA, que todos os alunos devem desenvolver.

Domínio de avaliação	Nível	Descritor de desempenho
Compreensão e mobilização de conceitos económicos	Avançado	▪ Demonstra domínio da terminologia económica, aplicando-a corretamente em contextos variados e explicando conceitos complexos de forma clara. ▪ Estabelece relações entre conceitos económicos, considerando os contextos económicos em que se devem aplicar. ▪ Utiliza eficazmente conceitos e indicadores económicos para analisar e interpretar a realidade económica de Portugal e da UE, apresentando comparações detalhadas. ▪ Interpreta dados estatísticos com precisão, extraindo conclusões válidas e contextualizando as informações obtidas.
	Proficiente	▪ Compreende e utiliza a terminologia económica, embora possa ter dificuldades em explicar conceitos mais complexos. ▪ Estabelece relações entre conceitos económicos, tendo dificuldade em os aplicar nos contextos económicos. ▪ Aplica alguns conceitos e indicadores económicos na análise da realidade económica de Portugal e da UE, mas com limitações na profundidade das comparações. ▪ Realiza interpretações simples de dados estatísticos, mas pode ter dificuldades em contextualizar ou aprofundar a análise.

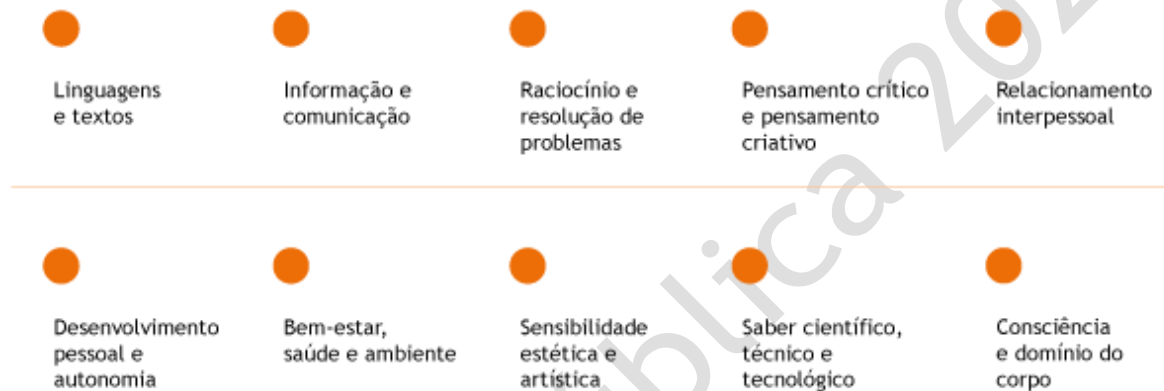
Domínio de avaliação	Nível	Descritor de desempenho
Problematização e resolução de problemas	Avançado	▪ Identifica e analisa criticamente questões económicas e sociais, mobilizando conceitos específicos da disciplina, identificando e justificando padrões e relações entre diferentes elementos económicos. ▪ Avalia de forma crítica as fontes de informação, distinguindo entre dados relevantes e irrelevantes. ▪ Avalia criticamente as implicações de diferentes conceitos e instrumentos económicos, articulando como cada um influencia a compreensão da realidade. ▪ Formula argumentos coerentes e bem estruturados, suportados por dados concretos e exemplos relevantes que refletem uma compreensão profunda da realidade económica. ▪ Demonstra habilidade em debater pontos de vista sobre questões económicas e sociais contemporâneas, questionando e refutando contra-argumentos de forma eficaz, aceitando os diferentes pontos de vista, tendo como referência os conceitos e instrumentos económicos. ▪ Aplica métodos avançados de análise para resolver problemas económicos complexos, considerando múltiplas variáveis e cenários.
	Proficiente	▪ Demonstra uma compreensão de questões económicas e sociais, apresentando alguma dificuldade na análise crítica e na mobilização de conceitos para a identificação e justificação de padrões e relações entre diferentes elementos económicos. ▪ Avalia algumas fontes de informação, mas nem sempre sabe distinguir entre dados relevantes e irrelevantes.

Domínio de avaliação	Nível	Descritor de desempenho
Comunicação		▪ Identifica algumas implicações de conceitos e instrumentos económicos, mas pode não conseguir articular claramente a sua relação com a realidade. ▪ Formula argumentos de forma básica, mas pode apresentar falhas na sua estruturação ou na sustentação com evidências. ▪ Participa em debates sobre questões económicas e sociais contemporâneas, mas apresenta, por vezes, dificuldade em responder a contra-argumentos ou a defender as suas ideias de forma consistente, tendo como referência os conceitos e instrumentos económicos. ▪ Aplica métodos simples para resolver problemas económicos, apresentando soluções que podem carecer de profundidade ou originalidade, nem sempre considerando todas as variáveis e cenários possíveis.
	Avançado	▪ Recolhe informação de forma autónoma e crítica, utilizando fontes diversificadas, tanto físicas como digitais, com relevância e atualidade. ▪ Elabora sínteses claras e concisas, integrando informação de várias fontes e apresentando-a de forma lógica, utilizando a terminologia específica da disciplina. ▪ Realiza apresentações orais e escritas de alta qualidade, utilizando suportes diversos de forma criativa e eficaz.
	Proficiente	▪ Recolhe informação utilizando fontes básicas, mas pode não conseguir diversificar adequadamente as suas fontes.

Domínio de avaliação	Nível	Descritor de desempenho
		▪ Faz sínteses de informação, mas pode apresentar uma organização confusa ou omitir elementos importantes, nem sempre utilizando a terminologia específica da disciplina. ▪ Realiza apresentações orais e escritas com clareza, mas pode utilizar suportes limitados e apresentar falta de criatividade.

Consulta pública

ÁREAS DE COMPETÊNCIAS DO PERFIL DOS ALUNOS (ACPA)



OPERACIONALIZAÇÃO DAS APRENDIZAGENS ESSENCIAIS (AE)

ORGANIZADOR Domínio	AE: CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E ATITUDES O aluno deve ficar capaz de:	AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ENSINO ORIENTADAS PARA O PERFIL DOS ALUNOS (Exemplos de ações a desenvolver na disciplina)
Os agentes económicos e o circuito económico	- distinguir fluxo real de fluxo monetário; - representar graficamente os diferentes fluxos que se estabelecem entre os agentes económicos; - justificar a necessidade de equilíbrio entre recursos e empregos numa economia; - reconhecer os efeitos da digitalização nos fluxos económicos e nas relações entre agentes económicos, analisando fenómenos como o comércio e plataformas digitais e novos modelos de negócio;	Promover estratégias que envolvam aquisição de conhecimento, informação e outros saberes, relativos aos conteúdos das AE, que impliquem: - utilização rigorosa da terminologia económica e uso consistente e de forma articulada de conhecimentos económicos; pesquisa e seleção de informação pertinente, utilizando fontes diversas, como textos, gráficos, tabelas e mapas; - recolha e tratamento de dados estatísticos que permitam a análise da realidade económica portuguesa e europeia; - leitura de dados estatísticos apresentados sob diversas formas (textos, gráficos, tabelas e mapas) e retirar conclusões pertinentes sobre uma dada situação económica; análise de casos que impliquem a realização de cálculos (nomeadamente taxas de variação e pesos de variáveis), com apresentação das conclusões sobre as variáveis ou os agregados em causa;
A Contabilidade Nacional	- referir objetivos da Contabilidade Nacional; - distinguir os conceitos necessários à Contabilidade Nacional (unidade institucional; sectores institucionais: Famílias, Sociedades financeiras, Sociedades não financeiras, Administrações públicas, Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias/ISFLSF e Resto do mundo; território económico; unidade institucional residente e unidade institucional não residente; ramos de atividade); - explicar as dificuldades do cálculo do valor da produção na ótica do Produto, explicitando em que consiste o problema da múltipla contagem e as formas de o ultrapassar (método dos produtos finais e método dos valores acrescentados);	

ORGANIZADOR	AE: CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E ATITUDES	AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ENSINO ORIENTADAS PARA O PERFIL DOS ALUNOS (Exemplos de ações a desenvolver na disciplina)	
Domínio	O aluno deve ficar capaz de:		
	▪ deduzir o valor do Produto a partir do Valor Acrescentado Bruto /VAB (soma do valor da produção por ramos de atividade deduzida do valor dos consumos proficientes necessários para a obter); ▪ distinguir Produto Líquido de Produto Bruto (consumo de capital fixo/amortização), Produto Interno de Produto Nacional (saldo dos rendimentos primários com o Resto do mundo) e Produto a preços constantes de Produto a preços correntes, e calcular o seu valor; ▪ explicitar em que consiste o PIB na ótica da produção e calcular o seu valor (VAB a preços de base dos ramos de atividade acrescido dos impostos indiretos ligados ao produto líquido de subsídios); ▪ explicitar em que consiste o PIB na ótica da Despesa, distinguindo cada uma das suas componentes (consumo privado, consumo público, investimento: FBCF+VE, exportações e importações); ▪ distinguir Procura Interna de Procura Global e Despesa Interna de Despesa Nacional, e calcular os seus valores; ▪ explicitar em que consiste o PIB na ótica do Rendimento, distinguindo cada uma das suas componentes (remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e a importação líquidos de subsídios, excedente de exploração bruto/rendimento misto) e calcular o seu valor;	▪ organização sistematizada de leitura e estudo autónomo; análise de factos, teorias e situações, identificando os seus elementos ou dados; realização de tarefas de memorização, verificação e consolidação, associadas a compreensão e uso do saber, bem como mobilização do memorizado; ▪ mobilização de conhecimentos adquiridos anteriormente que permitam compreender situações da realidade económica local, regional, nacional, europeia e mundial; ▪ utilização de tecnologias digitais para registo, organização e tratamento da informação (por exemplo, Excel ou outras aplicações); projetos intra e interdisciplinares. Por exemplo, poderão ser realizados trabalhos e projetos que permitam analisar a situação económica portuguesa ou que comparem indicadores específicos desta com outros países da União Europeia; ▪ associados às disciplinas de História ou Geografia, estes projetos poderão incluir também estas áreas científicas;	

ORGANIZADOR Domínio	AE: CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E ATITUDES O aluno deve ficar capaz de:	AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ENSINO ORIENTADAS PARA O PERFIL DOS ALUNOS (Exemplos de ações a desenvolver na disciplina)
	▪ explicitar o conceito de Rendimento Nacional Bruto, partindo do PIB a preços de mercado; ▪ constatar a igualdade básica da Contabilidade Nacional: Produto = Despesa = Rendimento; ▪ analisar limitações (economia não observada: autoconsumo, setor informal e economia subterrânea; externalidades: positivas e negativas) e insuficiências (nomeadamente, não traduzir o bem-estar da sociedade e as desigualdades na distribuição dos rendimentos) da Contabilidade Nacional.	▪ pesquisa e seleção de informação pertinente, utilizando fontes diversas, como, textos, gráficos, tabelas e mapas; ▪ recolha e tratamento de dados estatísticos que permitam a análise da realidade económica portuguesa e europeia; ▪ leitura de dados estatísticos apresentados sob diversas formas (textos, gráficos, tabelas e mapas) e retirar conclusões pertinentes sobre uma dada situação económica; ▪ podendo também criar pontes com disciplinas como Português e Matemática.
As relações económicas com o Resto do Mundo	▪ justificar a existência de uma diversidade de relações internacionais; ▪ referir as componentes da Balança de Pagamentos (balanças corrente, de capital e financeira); ▪ caracterizar as componentes da Balança corrente: bens, serviços, rendimento primário e rendimento secundário; ▪ justificar a necessidade da realização de operações de câmbio e da utilização de taxas de câmbio, recorrendo à taxa de câmbio do euro para a sua conversão em diferentes moedas; ▪ relacionar a evolução da taxa de câmbio com o valor da moeda, explicitando as consequências dessas alterações no saldo do comércio internacional de bens (desvalorização / valorização da moeda); ▪ calcular e interpretar o saldo da Balança corrente e das respetivas componentes;	Promover estratégias que envolvam a criatividade e autonomia dos alunos: ▪ formular hipóteses face a um fenómeno ou evento identificado no contexto nacional ou europeu; ▪ propor alternativas a uma forma tradicional de abordar uma situação-problema; ▪ criar um objeto, texto ou solução face a um desafio; ▪ tarefas de pesquisa sustentada por critérios, com autonomia progressiva; ▪ na procura e aprofundamento de informação para recolha de dados e

ORGANIZADOR Domínio	AE: CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E ATITUDES O aluno deve ficar capaz de:	AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ENSINO ORIENTADAS PARA O PERFIL DOS ALUNOS (Exemplos de ações a desenvolver na disciplina)
	▪ calcular e interpretar indicadores do comércio internacional de bens (estrutura sectorial e geográfica das importações e das exportações, grau de abertura ao exterior e taxa de cobertura); ▪ calcular e interpretar o saldo da Balança de capital; ▪ referir as componentes da Balança financeira; ▪ caracterizar as políticas comerciais de livre-cambismo e de protecionismo; ▪ caracterizar os principais instrumentos utilizados para impedir o comércio livre (contingentação, subsídios à exportação, <i>dumping</i> e barreiras alfandegárias: tarifárias e não tarifárias); ▪ explicitar os objetivos da Organização Mundial do Comércio (OMC), enquadrando-a no projeto de liberalização do comércio mundial; ▪ relacionar os diferentes movimentos migratórios com a liberalização do comércio mundial.	opiniões para análise de temáticas em estudo; ▪ analisar textos ou outros suportes com diferentes pontos de vista, concebendo e sustentando um ponto de vista próprio e ouvindo posições e argumentos apresentados por outros. Podem ser utilizadas estratégias como: debates, painéis de discussão; e jogos de papéis); ▪ aprender a gerir as fases de um projeto (análise de situação-problema, recolha de dados, formulação de hipóteses, cálculos, análise de resultados e conclusões), seja nos trabalhos de projeto ou de situações-problema; ▪ fazer predições, por exemplo, sobre os impactos sobre as exportações portuguesas decorrentes das variações do crescimento económico dos principais parceiros comerciais de Portugal; o papel do Estado, através das políticas públicas, na integração da economia portuguesa no processo de globalização económica; ▪ apresentar trabalhos individuais ou de grupo com recurso a modalidades diversas de representação (por exemplo, textos, gráficos, quadros, mapas e imagens);
A intervenção do Estado na economia	▪ caracterizar a estrutura do setor público em Portugal (Setor Público Administrativo e Setor Público Empresarial); ▪ justificar a intervenção do Estado na atividade económica (promover a eficiência, a estabilidade e a equidade); ▪ explicitar os instrumentos de intervenção do Estado na esfera económica e social (planeamento e políticas económicas e sociais);	

ORGANIZADOR Domínio	AE: CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E ATITUDES O aluno deve ficar capaz de:	AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ENSINO ORIENTADAS PARA O PERFIL DOS ALUNOS (Exemplos de ações a desenvolver na disciplina)
	▪ avaliar da pertinência de instrumentos económicos e políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável (como impostos ambientais, subsídios à energia limpa e a economia circular); ▪ apresentar o conceito de Orçamento do Estado; ▪ distinguir receitas públicas de despesas públicas (correntes e de capital) e apresentar exemplos de receitas e de despesas públicas; ▪ calcular e classificar os saldos orçamentais (corrente, de capital, global e primário) e explicitar a evolução desses saldos, em Portugal, em percentagem do PIB; ▪ explicar a importância do Orçamento do Estado como instrumento de intervenção económica e social; ▪ dar exemplos de políticas económicas do Estado (políticas fiscal, orçamental, monetária e de preços), identificando os seus objetivos e instrumentos; ▪ dar exemplos de políticas sociais do Estado (combate ao desemprego e de redistribuição dos rendimentos), identificando algumas das suas medidas.	usando soluções estéticas criativas e pessoais. Promover estratégias que desenvolvam o pensamento crítico e analítico dos alunos, incidindo em: ▪ mobilizar o discurso (oral e escrito) argumentativo relativamente a questões económico-sociais (expressar uma tomada de posição, pensar e apresentar argumentos e contra-argumentos, rebater os contra-argumentos sobre a realidade económica portuguesa e europeia); ▪ organizar debates que requeiram sustentação de afirmações, elaboração de opiniões ou análises de factos ou dados económicos; ▪ promover estratégias que induzam respeito por diferenças de características, crenças ou opiniões, confrontando ideias e perspetivas distintas sobre abordagem de uma dada situação económica e ou maneira de a resolver, tendo em conta, por exemplo, diferentes perspetivas culturais que sejam de incidência local, nacional ou global; ▪ discutir conceitos ou factos numa perspetiva disciplinar e interdisciplinar,
A economia portuguesa no	▪ distinguir as diversas formas de integração económica (sistema de preferências aduaneiras, zona de comércio livre, união aduaneira, mercado comum/mercado único, união económica e união monetária), apresentando as principais vantagens da integração;	

ORGANIZADOR	AE: CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E ATITUDES	AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ENSINO ORIENTADAS PARA O PERFIL DOS ALUNOS (Exemplos de ações a desenvolver na disciplina)	
Domínio	O aluno deve ficar capaz de:		
contexto da União Europeia	▪ enquadrar historicamente o surgimento da União Europeia, identificando as principais etapas do seu processo de construção (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, Comunidade Europeia de Energia Atómica, Comunidade Económica Europeia, Ato Único Europeu, Mercado Único Europeu, União Europeia, União Económica e Monetária); ▪ referir as instituições da UE e as suas principais funções; ▪ distinguir as componentes do orçamento da UE (receitas e despesas); ▪ relacionar as políticas comunitárias com a correção dos desequilíbrios macroeconómicos, a melhoria da capacidade de ajustamento e a necessidade de convergência real entre os países da EU; ▪ explicitar problemas/desafios que, na atualidade, se colocam à área do euro, destacando o papel do Banco Central Europeu, no âmbito da política monetária; ▪ problematizar desafios que, na atualidade, se colocam à UE, entre outros, o relançamento do projeto europeu, os problemas económicos, a globalização e as alterações climáticas. Trabalho Prático Para aplicar conhecimentos anteriormente adquiridos, realizar um trabalho sobre a atual realidade económica	incluindo conhecimento disciplinar específico, por exemplo, sobre os desafios colocados à União Europeia; ▪ confrontar argumentos para encontrar semelhanças, diferenças, consistência interna; ▪ analisar textos, de carácter económico, com diferentes pontos de vista, por exemplo, com análise de notícias de cariz económico de diferentes meios de comunicação, nacionais e de diferentes países europeus; ▪ analisar Orçamentos de Estado portugueses como forma de aplicar conhecimentos e analisar aspetos económicos da realidade; ▪ problematizar aspetos da realidade económica portuguesa, comparando-a com a da União Europeia e a da área do euro; ▪ analisar factos, teorias, situações, identificando os seus elementos ou dados, em particular numa perspetiva disciplinar e interdisciplinar. Por exemplo, em colaboração com a disciplina de Língua estrangeira com a leitura e análise de textos e notícias noutra língua.	

ORGANIZADOR	AE: CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E ATITUDES	AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ENSINO ORIENTADAS PARA O PERFIL DOS ALUNOS (Exemplos de ações a desenvolver na disciplina)	
Domínio	O aluno deve ficar capaz de:		
	portuguesa, comparando os principais indicadores da economia portuguesa com os da UE e equacionando problemas e desafios que se poderão colocar à economia portuguesa num futuro próximo. Na realização deste trabalho, os alunos, sempre que possível, poderão estabelecer ligações com outras disciplinas, nomeadamente Geografia A e História B.	Promover estratégias que envolvam por parte do aluno: ▪ trabalho autónomo que inclua: ▪ tarefas de síntese (ex. mapas conceituais, glossários, tabelas comparativas, etc.) ▪ elaboração de planos gerais, esquemas; ▪ saber questionar uma dada situação económica; ▪ organizar questões para terceiros, sobre conteúdos estudados ou a estudar; ▪ interrogar-se sobre o seu próprio conhecimento prévio. Promover estratégias que impliquem por parte do aluno: ▪ apresentações individuais e debates em pequenos grupos nas aulas que incluam: ▪ ações de comunicação uni e bidirecional; ▪ ações de resposta, apresentação, iniciativa; ▪ ações de questionamento organizado.	

ORGANIZADOR Domínio	AE: CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E ATITUDES O aluno deve ficar capaz de:	AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ENSINO ORIENTADAS PARA O PERFIL DOS ALUNOS (Exemplos de ações a desenvolver na disciplina)
		Promover estratégias de autorregulação das aprendizagens, em que se oriente o aluno para: ▪ a realização de autoavaliação e avaliação entre pares que permita ao/à aluno/a se autoanalisar; ▪ identificar pontos fracos e fortes das suas aprendizagens; ▪ descrever processos de pensamento usados durante a realização de uma tarefa ou abordagem de um problema; ▪ considerar o feedback dos pares para melhoria ou aprofundamento de saberes; ▪ a partir da explicitação de feedback do professor, reorientar o seu trabalho, individualmente ou pares/grupo. Promover estratégias, incluindo visitas de estudo e/ou trabalho de campo, que criem oportunidades para o aluno efetuar: ▪ observações, relatórios de visitas orientados por guiões, com recolha e registo de informação; ▪ colaborar com outros, apoiar terceiros em tarefas;

ORGANIZADOR Domínio	AE: CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E ATITUDES O aluno deve ficar capaz de:	AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ENSINO ORIENTADAS PARA O PERFIL DOS ALUNOS (Exemplos de ações a desenvolver na disciplina)
		▪ fornecer <i>feedback</i> para melhoria ou aprofundamento de ações; ▪ apoiar atuações úteis para outros (trabalhos de grupo). Promover estratégias que induzam o trabalho colaborativo e cooperativo, incluindo: ▪ ações solidárias para com outros nas tarefas de aprendizagem ou na sua organização /atividades de entreajuda; ▪ posicionar-se perante situações dilemáticas de ajuda a outros e de proteção de si; ▪ disponibilidade para o autoaperfeiçoamento. Promover estratégias e modos de organização das tarefas, nomeadamente no desenvolvimento do Trabalho Prático ou nos Trabalhos de Projeto, que impliquem por parte do aluno: ▪ a assunção de responsabilidades adequadas ao que lhe for pedido; ▪ organizar e realizar autonomamente tarefas; ▪ assumir e cumprir compromissos, contratualizar tarefas;

ORGANIZADOR		AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ENSINO ORIENTADAS PARA O PERFIL DOS ALUNOS (Exemplos de ações a desenvolver na disciplina)
Domínio	AE: CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E ATITUDES O aluno deve ficar capaz de:	
		▪ a apresentação de trabalhos com auto e heteroavaliação; ▪ dar conta a outros do cumprimento de tarefas e funções que assumiu.

Consulta pública

ARTICULAÇÃO COM AS DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

A Economia contribui para a implementação da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento sempre que os conhecimentos, capacidades e atitudes são mobilizados de forma intencional para a compreensão crítica de realidades e desafios da sociedade. Neste sentido, o trabalho desenvolvido no âmbito das aprendizagens de Economia pode favorecer uma reflexão informada sobre questões relacionadas com os Direitos Humanos, a Democracia e as Instituições Políticas, o Desenvolvimento Sustentável, a Literacia Financeira e o Empreendedorismo, a Saúde, o Risco e a Segurança Rodoviária, o Pluralismo e a Diversidade Cultural e os *Media*, promovendo uma participação cívica consciente, responsável e fundamentada.

No entanto, embora alguns temas ou domínios possam constituir oportunidades particularmente evidentes para esta articulação, a relação entre as Aprendizagens Essenciais e as dimensões da Educação para a Cidadania não se limita a conteúdos específicos.

As competências desenvolvidas no âmbito das aprendizagens de Economia, como a análise crítica e o tratamento da informação, a interpretação de diferentes perspetivas, a argumentação fundamentada, a resolução de problemas, a comunicação de ideias, o pensamento crítico e criativo, a colaboração e a reflexão sobre diferentes realidades, constituem elementos fundamentais para a concretização dos objetivos definidos na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.

Assim, com o objetivo de apoiar a articulação entre as Aprendizagens Essenciais de Economia e a componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, apresentam-se algumas propostas de exploração, sem prejuízo de outras que a escola, no âmbito da sua autonomia, considere pertinentes.

A economia portuguesa no contexto da União Europeia.	Direitos Humanos	▪ Refletir sobre o papel de organizações internacionais, nomeadamente da ONU e do Conselho da Europa, na defesa dos Direitos Humanos
	Democracia e Instituições Políticas	▪ Analisar a importância da União Europeia na defesa e salvaguarda da democracia e da paz
	Desenvolvimento Sustentável	▪ Debater desafios atuais do desenvolvimento que colocam a necessidade de mecanismos de governação à escala global
Intervenção do Estado na economia	Democracia e Instituições Políticas	▪ Salientar a importância dos valores constitucionais e dos princípios éticos e de integridade para uma governança democrática.

Cabe ao professor de Economia, em articulação com os restantes elementos do conselho de turma, tendo em consideração o projeto educativo da escola, o currículo (incluindo os projetos assumidos pelo conselho de turma) e outros aspetos que caracterizam o contexto local, definir os percursos pedagógicos mais adequados, que contribuam para a concretização da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento.

Referências e sites

ANTUNES, Celso; Professores e professores: reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas, 9.ª ed. Petrópolis, RJ; Vozes, 2014.

Campetti, P. H., & Campos, D. (2017). Situação-problema: um método para o ensino de Economia, Educação Por Escrito, 8(1) 85-99. doi:10.15448/2179-8435.2017.1.26583

CARVALHO, Luísa; Microeconomia e Macroeconomia, Edições Sílabo, 2014, Lisboa.

DONÁRIO, Arlindo Alegre e SANTOS, Ricardo Borges; Economia, com destaque para a Microeconomia, Edições Sílabo, 2019, Lisboa.

FERNANDES, António, et al.; Introdução à Economia, Edições Sílabo, 2021, Lisboa.

KRUGMAN, Paul e WELLS, Robin; Introdução à Economia, Elsevier, 2007, Rio de Janeiro.

LOUÇÃ, Francisco e MORTÁGUA, Mariana; Manual de Economia Política, Bertrand Editora, 2021, Maia.

MENDONÇA, António Mendonça, *et al.*; Lições de Macroeconomia, Edições Sílabo, 2021, Lisboa.

MIRA, Natércia; Microeconomia, Edições Sílabo, 2011, Lisboa.

MORGADO, António José e PAULO Ferreira; Princípios de Microeconomia, Rei dos Livros, 2016.

RAINELLI, M.; A Organização Mundial do Comércio, Lisboa, Terramar, 1998.

SAMUELSON e Nordhaus; Economia, Lisboa, McGraw-Hill., 1998.

TRIGO, Paulo Pereira e Nunes, Francisco; Economia e Finanças Públicas - Da Teoria à Prática, Edições Almedina, 2020.

TRIGO, Paulo Pereira; Afonso, António; Santos, José Carlos Gomes; Arcanjo, Manuela; Cabral, Ricardo; Economia e Finanças Públicas, Escolar Editora, 2022.

TRINDADE, Rui; Experiências educativas e situações de aprendizagem: novas práticas pedagógicas; São Paulo, Leya, 2011.

<https://www.bportugal.pt/>

▪ <https://bpstat.bportugal.pt/>

<https://www.ine.pt/>

<https://ec.europa.eu/eurostat?etrans=pt>

<https://www.institutoeuropeu.eu/>

<https://www.deco.proteste.pt/>

<https://www.todoscontam.pt/>

<https://www.pordata.pt>

https://european-union.europa.eu/index_pt

Consulta pública 2026